

DISTANCIAMENTO SOCIAL E TEMPO LIVRE: PARADOXOS VIVENCIADOS POR ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MINAS GERAIS NO ÂMBITO DO LAZER

Recebido em: 01/08/2020

Aprovado em: 19/08/2020

Licença: 

*César Teixeira Castilho*¹
Ciências Médicas de Minas Gerais (FCMMG)
Pontifícia Universidade Católica – Minas Gerais (PUC/Minas)
Belo Horizonte – MG – Brasil

*Sheylazarth Presciliana Ribeiro*²
Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG)
Ibirité – MG – Brasil

*Bruno Ocelli Ungheri*³
Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)
Ouro Preto – MG – Brasil

RESUMO: A partir da oficialização do decreto sobre a pandemia do novo Coronavírus divulgado pela OMS em março/2020, esta pesquisa vislumbrou analisar as primeiras consequências do distanciamento social no dia-a-dia de discentes da Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG), através de três grandes eixos: moradia; trabalho/renda e saúde/bem-estar. Para tanto, um questionário, tipo survey, foi elaborado com 42 questões. Percebeu-se uma precariedade crescente quanto à qualidade de vida e acesso aos aparatos eletrônicos, devido à crise socioeconômica engendrada pela pandemia, dos discentes e seus familiares. Foi perceptível uma nova conjuntura em termos espaciais e temporais na vida dos discentes, afetando o tempo de trabalho, o tempo livre e os lazeres. Conclui-se que, caso não haja uma ação efetiva do poder público, a desigualdade social do país tende a estender-se de súbito, com impactos agudos na dimensão do lazer.

PALAVRAS-CHAVE: Pandemia Coronavírus. Discentes. Atividades de Lazer.

¹ Pós-Doutorado em Sociologia pela UFPR e Pós-Doutorado em Estudos do Lazer pela EEEFTO/UFMG. Doutorado em Ciências do Esporte e Motricidade Humana (*Université de Paris-11*). Professor Adjunto I da Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais (FCMMG) e PUC-Minas. Pesquisador vinculado aos Grupos de Pesquisas ORICOLÉ (CNPq), LUCE (CNPq) e CEPELS (CNPq).

² Doutorado em Estudos do Lazer (EEFFTO/UFMG). Mestrado em Estudos do Lazer (EEFFTO/UFMG). Professora da Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG). Pesquisadora vinculada aos Grupos de Pesquisas ORICOLÉ e GESPEL (CNPq).

³ Doutor em Estudos do Lazer pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Docente da Escola de Educação Física da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Líder do Laboratório Lazer, Gestão e Política (LAGEP) e do Grupo de Estudos em Gestão, Políticas Públicas e Sociedade (GEPOPS). Membro do Laboratório de Pesquisa em Formação e Atuação Profissional em Lazer (ORICOLÉ) e da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Estudos do Lazer (ANPEL).

SOCIAL ISOLATION AND SPARE TIME: PARADOXES EXPERIENCED BY STUDENTS AT THE MINAS GERAIS STATE UNIVERSITY WITH REGARD TO LEISURE

ABSTRACT: Based on the discussions about the contemporaneity and the officialization of law decree on the pandemic of the new coronavirus released by WHO in March / 2020, this research aimed to analyse the first consequences of social isolation in the day-to-day lives of students at the State University of Minas Gerais (UEMG), through three main axes: housing; work / income and health / well-being. In this aspect, a questionnaire, survey type, was elaborated with 42 questions. After material analysis, it is noticeable a growing precariousness in terms of quality of life, access to electronic devices, among others, due to the socioeconomic crisis engendered by the pandemic, of students and their families. In addition, a new conjuncture is perceived in spatial and temporal terms in the lives of students, greatly affecting the respondents' working time, spare time and leisure. It is concluded that, if there is no effective action by the public authorities, the country's social inequality tends to suddenly expand, opening up our social fracture.

KEYWORDS: Coronavirus Pandemic. Students. Leisure Activities.

Introdução

Byung-Chul Han (2018), filósofo sul-coreano que constrói uma análise do mundo contemporâneo utilizando-se da metáfora do “cansaço”, ao se debruçar sobre os processos de subjetivação do século XX, afirma que gradativamente o tempo em que o outro existia vai se extinguindo e o narcisismo, o que Bauman cunha como individualismo (BAUMAN, 2008), se inflando. Isso se dá, segundo o autor, pois, ao longo da história, o capitalismo em sua nova roupagem, ou seja, o neoliberalismo engendrou uma massiva desigualdade social de ordem global⁴. A sociedade global, em si, passa a vincular-se a uma lei de mercado estruturada pela concentração de capitais entre aqueles que muito já os têm, desumanizando o sujeito, alimentando as precariedades sociais, relegando ao segundo plano valores como solidariedade, civismo, compaixão e cooperação, promovendo uma cultura isolacionista de medo e terror. De acordo com Daltro e Segundo

⁴ No contexto brasileiro, dados recentes divulgados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) revelam um aumento substancial da desigualdade no segundo semestre do ano de 2019, superando o pico histórico observado em 1989. O estudo baseia-se na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNADC), do IBGE, e no Índice de Gini, medidor global de desigualdade (FIOCRUZ, 2019).

(2020), cultivando elementos destrutivos, esse sistema econômico testemunha a irrupção do singular por diversos elementos, com destaque para a violência. Nessa ótica, enquanto uma pequena parcela da população pode usufruir do bem-viver, um emaranhado de sujeitos excluídos vai se constituindo, rodeados por vedações de fronteiras, literais e metafóricas, materiais e subjetivas (BIZZIO, 2019).

Nessa esteira, a população global foi acometida por uma pandemia, oficialmente decretada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) no dia 11 de março de 2020, causada pela disseminação global do novo Coronavírus (Covid-19) (WHO, 2020). Ou seja, uma sociedade que já vinha experimentando um modo de vida individualista, competitivo, sobrecarregado, com relações de trabalho precárias, entre outros, viu-se abalroada por mudanças abruptas no seu cotidiano. Não obstante, em uma sociedade desigual, como a brasileira, os impactos são distintos, bem como as consequências diretas do novo vírus. Novas subjetividades e hábitos de vida foram sendo forjados pelos cidadãos do mundo refletindo, mais uma vez, diferenças socioeconômicas e acesso aos bens e serviços socialmente produzidos. Neste contexto, reforça-se o entendimento de Bourdieu (2006), quando aponta que os aparatos eletrônicos (computador, conexão, etc.) passaram a ser demarcadores sociais, elemento de distinção frente “outros modos de vida”.

Uma vez a pandemia decretada pela OMS, diversos países começaram a tomar as devidas providências vis-à-vis à sua propagação e, sobretudo, às condutas e às novas regras de distanciamento. Em Minas Gerais, cuja capital é Belo Horizonte, um decreto de lei (Nº 47886 de 15/03/2020) (GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 2020) foi publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) dispondo de medidas de prevenção de contágio e de enfrentamento e contingenciamento, no âmbito do Poder Executivo, da epidemia de doença infecciosa viral respiratória causada pelo agente Covid-19. Institui-

se, assim, um comitê gestor do Plano de Prevenção e Contingenciamento em Saúde do Covid-19 e de providências emergenciais que, dentre outras iniciativas, determinou a suspensão imediata das atividades educacionais no estado, induzindo o fechamento compulsório das instituições de ensino públicas e privadas.

Nesta conjuntura, este estudo vislumbra discutir os efeitos e os impactos mais imediatos nas condições de vida, em especial o tempo livre e o lazer, de estudantes de uma universidade pública da região metropolitana de Belo Horizonte, na cidade de Ibirité. Almejamos, portanto, uma espécie de intervenção cívica, entrelaçando teoria e prática pela interface entre ação política cultural e manifestação acadêmica.

Tendo como base a discussão de Byung-Chul Han, bem como outros autores que discutem o mundo contemporâneo, partiremos dos seguintes questionamentos a fim de delinear nosso objeto de estudo: de que maneira os decretos estaduais e municipais, publicados no dia 15 de março de 2020, reconfiguraram o cotidiano dos estudantes? Quanto ao tempo livre e às práticas de lazer, quais transformações são mais notórias? Em um contexto socialmente desigual, quais os aprendizados destes momentos nos guiarão para novas propostas de políticas públicas?

Metodologia Adaptada à Conjuntura

Diante das transformações sociais, econômicas, ambientais e culturais provocadas pela pandemia da Covid-19, é essencial que as universidades se mobilizem para avaliar os efeitos deste fenômeno sobre a vida da comunidade acadêmica, especialmente de seus estudantes. Neste contexto, o Diretório Acadêmico (DA) da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Unidade Ibirité, comunicou à Direção sobre a realização de um diagnóstico sobre os impactos da Covid-19 no corpo discente. Deliberou-se a elaboração de um instrumento de diagnóstico e a criação de um grupo de trabalho na unidade de

Ibirité sobre os impactos do Covid-19. Desta maneira, foi construído um questionário disponibilizado na plataforma Formulários Google, com 42 questões estruturadas em três eixos temáticos: (i) Moradia, (ii) Trabalho e Renda e (iii) Saúde e Bem-estar.

Com amparo em May (2004), prospectaram-se materialidades através do levantamento de dados concretos, que não intencionam trazer à tona atitudes ou opiniões acerca do objeto pesquisado. O uso do questionário, para além do que já foi destacado, mostrou-se apropriado pelo seu caráter padronizado – diz-se também uniformizado – por mostrar-se econômico e permitir alcançar rápida e simultaneamente um grande número de pessoas, uma vez que elas respondem sem que seja necessário enviar-lhes um entrevistador. Segundo Laville e Dionne (1999, p. 184), “a uniformização assegura que cada pessoa veja as questões formuladas da mesma maneira, na mesma ordem e acompanhadas da mesma opção de resposta [...]”.

O uso do questionário on-line, através da plataforma Formulários Google, mostrou-se uma ferramenta ao mesmo tempo prudente e eficaz, haja vista o período de quarentena decretado pelos órgãos municipal e estadual. Embora o decreto não tenha previsto o distanciamento total, ou *lockdown*, não caberia a utilização de outros métodos que exigissem contato direto com os respondentes. Ademais, a pesquisa iniciou-se pouco mais de um mês da publicação oficial das novas diretrizes o que, certamente, exigiu do corpo discente uma retomada gradativa da nova rotina imposta pela contingência pandêmica. É este o desafio em relação à dinâmica do ensino superior - nas esferas pública e privada - que mesmo sob diferentes perspectivas gerenciais, necessita elencar respostas para seu alinhamento ao contexto que se apresenta. Vale ressaltar que a universidade pública, focalizada nesse estudo, estuda o formato remoto para retomada das atividades de ensino em função da regulamentação de seus projetos pedagógicos, bem como a questão de acesso às tecnologias que envolvem o corpo discente e docente.

Por outro lado, a aplicação de questionário também implica em fragilidades que serão consideradas neste estudo. Alguns inconvenientes são perceptíveis como: dupla interpretação de algum item, incômodo com certas questões, disponibilidade de tempo, entre outros. Neste aspecto, priorizou-se por perguntas simples, sem margem para múltiplas interpretações, avistando mitigar tais vulnerabilidades. Em estudos futuros, pretende-se utilizar de outros métodos de averiguação como, por exemplo, entrevistas semiestruturadas, contemplando uma triangulação dos dados e outras discussões teóricas.

A divulgação do diagnóstico foi realizada pelas mídias sociais da IES, bem como por e-mails e mensagens de *Whatsapp* enviadas pelas coordenações e professores de cada curso. Os dados foram coletados entre os dias 14 e 21 de abril de 2020, obtendo 936 respostas – equivalentes a 55% dos estudantes regularmente matriculados na Unidade Ibirité, embora seja sabido que nem todos os estudantes possuem acesso regular à internet. Optou-se por uma amostragem probabilística, segundo a qual todos os elementos de uma população, neste caso o corpo discente, têm oportunidade conhecida e não-nula de fazer parte (LAVILLE; DIONNE, 1999). No entendimento de May; Willians (2004), em estudos dessa natureza o tamanho da amostra não é necessariamente a condição mais importante, uma vez que o primordial seria refletir as características da população. Sem definir números absolutos, os autores apontam que a regra básica é ter em mente que quanto menor a população, maior tem que ser a razão da amostra em relação à população. Para isso, partiu-se de uma *Moldura de Amostragem* (MAY; WILLIANS, 2004, p.114) composta pela totalidade dos sujeitos, buscando-se alcançar o maior número possível de retornos.

Embora, para fins deste estudo, o período amostral tenha se limitado ao destacado anteriormente, o questionário permanece disponível para o recebimento de novas respostas aspirando outras ações futuras. Para além das discussões propostas nesta

pesquisa, os dados coletados através deste questionário pretendem igualmente a formulação de um planejamento pertinente às condições de vida do corpo discente e que leve em conta a complexidade e os diversos desdobramentos deste evento que está transformando o curso de vida coletivo. A seguir, apresentaremos os principais resultados coletados através da aplicação do questionário e discussões teóricas contemporâneas que dialogam com as características do momento presente influenciando nos diversos modos de vida. Destacaremos, sobretudo, as transformações no âmbito do tempo livre e dos lazeres do corpo discente analisado neste estudo.

Resultados

Para cumprir os anseios da pesquisa, empreendemos uma tentativa de estabelecer diálogos no campo dos Estudos do Lazer, tendo como interlocução os Estudos Culturais. Do “lugar” que escrevemos, posicionamos nossos apontamentos no campo científico, que tipifica a pesquisa sistematizada por matrizes teóricas e metodológicas. O uso do plural nesta afirmativa não é ocasional, mas orientado pela tentativa de clarificar a ideia de que os achados da ciência advêm não somente de uma abordagem positivista, comumente predominante. Observa-se, portanto, um espectro multidimensional da ciência moderna, que se constitui por diferentes tradições de pesquisa, algumas próprias de determinadas áreas do conhecimento, outras com características transversais.

Para isso, é indispensável ir além de amarras metodológicas e conceituais, sob pena de se contrariar as identidades dos campos em tela, fundadas na abertura e versatilidade teórica, no espírito reflexivo e na relevância de seus respectivos aparatos críticos. Por abordarem temáticas de relevância social, como as lutas políticas, os divertimentos, as mídias e as comunicações (JOHNSON, 2014), entendemos ser possível mobilizá-los para melhor compreensão do estado de exceção imposto pela pandemia em

curso pelos quatro cantos do mundo. Amparamo-nos no trabalho desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa Oricolés (Laboratório de Pesquisa em Formação e Atuação Profissional no Lazer), considerando seu quadro de pesquisadores e compartilhando as experiências vivenciadas no âmbito de sua produção científica e dos autores mobilizados para edificação teórica.

Sob essa perspectiva, é imperativo destacar que os dados em questão reforçam que a pandemia de Covid – 19, sob escalas globais, impôs complexas mudanças em nossa sociedade, impactando compulsoriamente as relações desempenhadas nas diferentes dimensões da vida. Pessoas e instituições se vêem diante de restrições comunitárias e protocolos de saúde que reconfiguraram subitamente os ambientes sociais, profissionais, familiares e educacionais. Este contexto de exceção, sem precedentes na modernidade, tem demandado adaptações permanentes nos modos de agir socialmente, em que pesem os limites e a insegurança causados pela fragmentação e pelo desencontro de um significativo volume de informações (AGAMBEN, 2004). Nessa conjuntura, apresentamos reflexões orientadas pela compreensão da transição experimentada pelos graduandos no que diz respeito aos aspectos da vida que guardam relações diretas com o lazer. A reboque buscamos identificar deslocamentos nas práticas cotidianas direcionadas a este fim, motivadas pelo distanciamento social em vigor há mais de um mês, quando o instrumento foi aplicado.

O questionário, como já destacado, foi dividido em três eixos principais i) moradia, (ii) trabalho e renda e iii) saúde e bem-estar. Neste estudo, nos debruçaremos principalmente no segundo e terceiro eixos, temáticas estas que possuem maior diálogo

⁵ Como apontam Isayama; Silva (2018), o grupo foi criado em 2009 no âmbito da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais. No ano de 2020, o Oricolé apresenta em seu quadro de colaboradores 37 pesquisadores, sendo 22 doutores, 12 mestres e 3 estudantes, que se dedicam em três linhas de pesquisa: a) Atuação Profissional em Lazer nos diferentes setores; b) Lazer, Formação Profissional e Currículo; c) Políticas Públicas de Lazer.

com os objetivos da pesquisa. Não obstante, para que possamos decorticar aspectos gerais dos sujeitos do estudo, alguns dados coletados quanto à moradia serão igualmente discutidos a seguir. Previamente, vale destacar três pontos cruciais da amostragem, sendo um deles o fato de que 78% das respostas obtidas foram de mulheres (Tabela 1), o que reflete, em grande medida, as proporções de gênero observadas nos cursos de graduação da Unidade. Outro dado relevante, é que cinco estudantes se declararam como pessoa *trans*, representando 0,53% do total (Tabela 2). Quanto à questão racial, a maioria absoluta dos estudantes é negra (67, 41%), tendo se declarado parda (46,79%) ou preta (20,62%) (Tabela 1).

Tabela 1: Alunos por gênero e raça em abril de 2020.

RAÇA	MASCULINO	FEMININO	TOTAL	%
Amarelo	1	19	20	2,14
Branca	62	219	281	30,02
Indígena	0	4	4	0,43
Parda	95	343	438	46,79
Preta	48	145	193	20,62
Total Geral	206	730	936	100

Fonte: Dados coletados por questionário eletrônico auto aplicado

Tabela 2: Identidade de gêneros dos estudantes.

IDENTIDADE DE GÊNERO	Nº	%
Cis	920	98,29
Trans	5	0,53
Outras respostas	11	1,18
Total Geral	936	100

Fonte: Dados coletados por questionário eletrônico auto aplicado

Entrelaçar os dados de momento pode indicar caminhos pertinentes à compreensão do lazer na dinâmica de vida dos sujeitos da pesquisa. Destarte, como apontam Pedrão; Uvinha (2017), no Brasil, quanto maior o nível de escolaridade, maiores as opções para usufruto do tempo livre, demonstrando que a educação institucionalizada pode contribuir para que as práticas e vivências em lazer se realizem de forma voluntária

e consciente. Neste processo, visto por nós como mecanismo de empoderamento social, observa-se que o acesso à universidade estimula a autonomia dos discentes, seja pelo alargamento de sua compreensão do mundo, seja pela oportunidade de qualificar sua inserção no mercado de trabalho – o que potencializa, em alguma medida, melhorias nas condições financeiras desses futuros profissionais. Ampliam-se, assim, as chances de enfrentamento das barreiras econômicas, fortemente presentes nos estudos trazidos por Isayama; Stoppa (2017), como limitadoras das experiências de lazer almejadas pelas brasileiras e brasileiros.

Nesse prisma, entendemos que a formação profissional pelas vias do ensino superior, apresenta-se como potente estratégia para superação de problemáticas sociais estruturantes de nossa sociedade. Ao constatarmos que na amostra em tela prevalecem mulheres e pessoas negras, fica evidente a existência de um processo – em curso - cujas minorias sociais, historicamente subjugadas pelo poder hegemônico de homens brancos, apropriam-se de espaços e oportunidades catalizadores de sua emancipação social. Em que pesem os embates políticos e ideológicos remanescentes, o perfil discente ora apresentado demonstra a consolidação de conquistas provenientes das lutas de diferentes grupos sociais, pela garantia de direitos básicos à manutenção de uma vida digna.

Fica evidente, assim, que os advindos expostos guardam relações com a ação do Estado através das políticas públicas, guiadas pela formação de agenda,⁶ configurada pela politização das reivindicações feministas, da cor e do pertencimento racial. A título de exemplo, é possível considerar a política de cotas raciais, estabelecida no Brasil pela Lei nº12.711/2012. No entendimento de Jesus (2018), o debate público sobre a reserva de vagas na universidade pública para a população negra demonstra, sobremaneira, como o

⁶ Entendemos a política pública como um ciclo que pode ser modelado de diferentes maneiras. No estudo em questão, consideramos o desenho de Howlett; Ramesh (1995), intitulado *Improved Model*, iniciado pela fase de montagem de agenda, que consiste na identificação de atores e interesses que permeiam a luta por inclusão de determinada questão na agenda pública.

movimento negro fez emergir uma série de questionamentos acerca da organização social brasileira, produzindo reflexões no ambiente universitário, que acabaram por ganhar as ruas, os lares e as escolas. Não obstante, cumpre-nos enfatizar que o lazer, entendido como necessidade humana (GOMES, 2014), faz-se presente no cenário em tela, especialmente pela sua relação junto às demais dimensões da vida, alargando suas possibilidades de satisfação.

É preciso considerar que os dados apresentados se contextualizam por um estado (Minas Gerais) cuja predominância da população é negra – aproximadamente 53%, de acordo com o último Censo Demográfico (IBGE, 2010). Entrementes, sabe-se que a prevalência numérica de uma determinada raça/etnia não garante sua inserção proporcional nos sistemas públicos de educação. Reforça-se, assim, a compreensão de que as ações públicas norteadas pela superação do racismo estrutural, como a política de cotas raciais, já demonstram resultados quanto à democratização do acesso ao ensino superior. Como explica Camillo (2019), as políticas em questão têm cumprido seu papel de aumentar o número de negros nas universidades e no serviço público, embora se perceba um processo em curso para conquista da equidade ideal.

Moradia: Novos Conceitos

Neste estudo, a dimensão de moradia, vinculada ou não à propriedade privada, é compreendida como um direito social que deve ir além do simples refúgio. Deve constituir-se de local digno de habitação, sendo dever do Estado assegurar sua ocorrência, dentro do que a reserva do possível permitir (BRASIL, 1988)⁷. A relação de identificação de uma família com a sua casa, conforme visto por Coulanges (2001) é uma tradição

⁷ Embora já presente na Constituição de 1988, o direito à moradia, classificado como um direito social, só veio a ser incluído expressamente no rol dos direitos sociais da Constituição da República em 14 de fevereiro de 2000.

antiga. A habitação pode demonstrar em que classe social a família está inserida, e a casa representa uma analogia do morador, pois é onde passa a maior parte da sua vida, local onde os sujeitos exprimem suas identidades.

No contexto da pandemia, especialmente durante o distanciamento social, posteriormente aos decretos estadual e municipal, percebe-se que o entendimento de moradia se metamorfoseou. Outrora, para muitos cidadãos, a casa representava sim um local particular, no entanto, na maioria dos casos, como um local de passagem e de repouso. O espaço externo, por outro lado, estava relacionado ao divertimento, ao público e ao extravasamentos (BAHIA; BRITO, 2017). A partir do dia 15 de março de 2020, no entanto, a moradia se transformou em local de confinamento, fusionando o espaço particular com o espaço público, local de repouso com local de divertimento, tempo de trabalho com o tempo de lazer. Tudo isso, junto aos outros membros da família que, em muitas situações, dividem espaços exíguos e desestruturados. Uma nova lógica se estabeleceu, uma nova forma de se habitar e de se interagir.

As questões 10 a 15 do questionário debruçaram-se na temática da moradia. Dentre os questionamentos, abordou-se quanto aos municípios onde os estudantes habitam, o número de pessoas com quem compartilham seus lares antes e durante o distanciamento social, incluindo a quantidade de habitantes e cômodos por habitação. Segundo os dados, cerca de 33% dos estudantes residem no município de Ibirité, seguido por 25% de residentes em Belo Horizonte, 13% em Contagem, 7% em Betim, 4% em Sarzedo, enquanto o restante habita em regiões não metropolitanas (Tabela 3).

⁸ Em estudo realizado junto à população brasileira em 2017, Isayama; Stoppa (2017), ao questionarem os respondentes a respeito do que gostariam de fazer no tempo livre, reportam que mais de 80% dos respondentes desejariam realizar atividades externas, tal qual turismo (78.8%), atividades sociais (3,0%) e atividade físico/esportiva ao ar livre (2,5%).

Tabela 3: Municípios de residência dos alunos

CIDADE ONDE MORA	Nº	%
Ibirité	317	33,87
Belo Horizonte	235	25,11
Contagem	122	13,03
Betim	66	7,05
Sarzedo	44	4,70
Outros municípios	152	16,24
Total Geral	936	100

Fonte: Dados coletados por questionário eletrônico auto aplicado

Quanto ao tipo de residência dos estudantes durante o período letivo, observa-se que 92% dos respondentes declaram residir com parentes, 6% sozinhos, 1% em repúblicas/pensões e demais declarantes apontam a opção “outros” (Tabela 4). Quando questionados sobre o local de residência no período de distanciamento social, as respostas evidenciam uma pequena alteração no que tange às moradias individuais, ou seja 5%, já em repúblicas/pensões, 0,7%. Seguindo a mesma lógica, no entanto, nota-se um elevado número de estudantes em moradia junto aos parentes, 93% (Tabela 5).

Tabela 4: Tipo de residência durante o período letivo.

RESIDÊNCIA	Nº	%
Outro	2	0,21
Em república/pensão	10	1,07
Sozinho(a)	61	6,52
Parentes	863	92,20
Total Geral	936	100

Fonte: Dados coletados por questionário eletrônico auto aplicado

Tabela 5: Tipo de residência durante o período de distanciamento social.

RESIDÊNCIA	Nº	%
Outro	2	0,21
Em república/pensão	7	0,75
Sozinho(a)	53	5,66
Parentes	874	93,38
Total Geral	936	100

Fonte: Dados coletados por questionário eletrônico auto aplicado

Observando as duas Tabelas acima (4 e 5), não é possível verificar diferenças significativas quanto às moradias dos respondentes durante o período do ano letivo e

àquela relativa ao período de recolhimento social. Este constato corrobora com os dados observados na Tabela 3, na qual 83,76% dos declarantes afirmam habitar na região metropolitana de Belo Horizonte ou na própria capital. Vale ressaltar que o processo de entrada na UEMG, Unidade Ibirité, não contemplava a nota do ENEM nos anos anteriores a 2020. Assim, percebe-se um percentual elevado de estudantes que habitam nos arredores da instituição em detrimento de estudantes oriundos de regiões diversas do estado ou do país. Não há, portanto, a percepção de perda (ou de ganho) em relação à moradia dos estudantes, uma vez que a grande maioria não necessita estabelecer moradias alternativas durante os semestres letivos, como se vê com frequência em municípios tidos como cidades universitárias. Este é um fator importante a ser considerado pela manutenção, mesmo em tempos pandêmicos, de algumas variáveis que compõem a rotina da população estudantil. Boa parte dos graduandos e graduandas não se viu impedida de sair – ou obrigada a permanecer – na casa dos pais ou familiares durante a pandemia, haja vista que esta já era considerada uma condição de vida durante a normalidade.

Quando questionados quanto ao número de pessoas que residem nas residências, bem como a faixa etária destes indivíduos, observou-se uma maior recorrência de habitações com pessoas na faixa etária entre 18 e 59 anos, seguidos pelos interregnos de 0 a 11 anos; 12 a 17 anos; mais de 60 anos (Tabela 6). Ao analisarmos tais dados, evidenciam-se os dois extremos da tabela, ou seja, estudantes que habitam com pessoas entre 0 e 11 anos e, aqueles que residem com indivíduos com mais de 60 anos. No primeiro caso, deve-se considerar a nova conjuntura (sem aulas presenciais) e a presença de crianças no domicílio. Para além da logística frente às necessidades de divertimento das crianças, associa-se o aspecto espacial que, na maioria dos casos, enseja reformulações nas funcionalidades dos cômodos da casa, impossibilitando sua dinâmica normal. O compartilhamento de *hardwares* e *softwares*, por exemplo, pode ser uma

questão de impacto significativo na dimensão do lazer, uma vez que o distanciamento social intensificou (ainda mais) a dependência das mídias digitais para o acesso e a experimentação de jogos eletrônicos, shows (*lives*), bate papo, filmes, entre outros.

Tabela 6: Número de pessoas que residem nas residências dos alunos por idade.

Nº DE PESSOAS	0 a 11 anos	12 a 17 anos	18 a 59 anos	60 ou mais
1	220	176	322	102
2	108	82	678	116
3	15	0	345	18
4	8	0	124	0
5	5	0	80	0
6	0	0	30	0
Total Geral	356	258	1579	236

Fonte: Dados coletados por questionário eletrônico auto aplicado

Quanto ao segundo grupo, ou seja, a presença de indivíduos idosos, percebemos outro fator determinante da nova rotina dos estudantes, pois representam um grupo de risco concernindo à infecção da Covid-19. Neste contexto, as medidas sanitárias tornam-se cruciais, limitando ainda mais os deslocamentos exteriores e o convívio com outras pessoas. Com isso, não é exagero inferir que demandas da casa (e até mesmo pessoais), outrora sanadas pelos próprios idosos, deslocam-se à esfera das novas obrigações a serem assumidas pela juventude – “ociosa” dentro de casa em função da suspensão dos calendários estudantis nos cursos presenciais. Mais uma vez, estimam-se consequências no lazer desses sujeitos, pela provável redução do tempo disponível, incorporada através do acúmulo de funções domésticas e/ou familiares. O exposto corrobora com os descritos de Bahia; Brito (2017, p.105), em que o conflito sobre o tempo – quantitativa ou qualitativamente – é tido como “uma das grandes tensões geradas pela sociedade capitalista”. Para além dos aspectos domiciliares e familiares designados, é sabido que o tempo de trabalho interfere diretamente na relação tempo x lazer, sendo a sua redução uma bandeira histórica dos movimentos de trabalhadores. Por esse motivo, justificamos as reflexões que seguem.

Trabalho e Renda: Aspectos Delicados da Pandemia

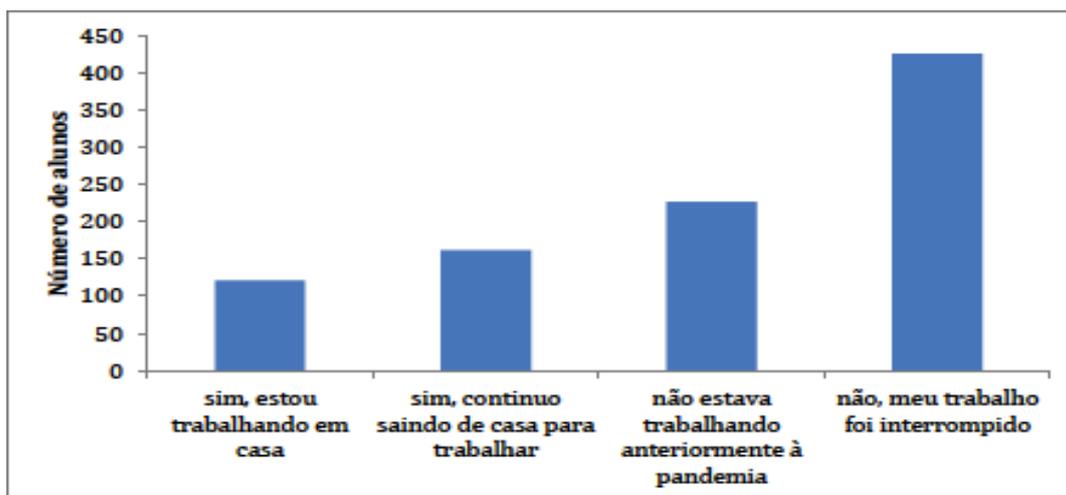
Para que houvesse uma compreensão ampla da pandemia e suas intersecções com o tempo livre e lazer, tornou-se necessário o questionamento sobre os aspectos relacionados ao trabalho e à renda dos discentes, bem como de suas famílias. A pandemia, para além das adversidades relacionadas à saúde pública, reflete sobremaneira na economia local e global. Segundo dados recentes da Fundação Getúlio Vargas (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2020), o Produto Interno Bruto (PIB), que é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país, teve uma queda de 6,1% no trimestre encerrado em abril deste ano, na comparação com o trimestre finalizado em janeiro⁹. Os dados divulgados pela FGV mostram que:

[...] a retração recorde da economia, não apenas no PIB, porém disseminada em diversas atividades e componentes da demanda, é a pior da história recente. A indústria e o setor de serviços, que respondem por aproximadamente 95% do valor adicionado total da economia, também tiveram os maiores recuos de sua série histórica iniciada em 2000, assim como o consumo das famílias e a formação bruta de capital fixo (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2020).

Diversos setores estão sendo afetados e tais dados foram ratificados através desta pesquisa. A primeira pergunta neste quesito, abordou se os discentes estavam trabalhando durante o distanciamento social. O gráfico abaixo (Gráfico 1) traz um dado bastante significativo, visto que a maioria dos estudantes teve seu trabalho interrompido devido à pandemia. Somando-se a estes os alunos que já não estavam trabalhando anteriormente, quase 70% dos estudantes não estavam trabalhando quando o estudo foi conduzido. Apenas uma pequena parcela manteve os empregos no regime de trabalho a domicílio, um percentual abaixo de 13%.

⁹ Por outro, segundo artigo publicado no dia 27 de julho de 2020 (GAZETA DO POVO, 2020), os bilionários do Brasil não apenas não sentiram os efeitos da crise do novo coronavírus, mas ficaram ainda mais ricos. Segundo relatório da ONG Oxfam, a fortuna dos bilionários do país, grupo composto por 42 pessoas, foram “turbinadas” em US\$ 34 bilhões, ou seja, R\$ 177 bilhões.

Gráfico 1: Trabalho durante a pandemia.



Fonte: Dados coletados por questionário eletrônico auto aplicado

No que se refere à renda dos discentes, de acordo com a tabela abaixo (Tabela 7), aproximadamente 67% deles apresenta renda individual inferior a 1 salário mínimo, ressaltando-se que praticamente um quarto (24,68%) não têm nenhuma renda. Em linhas gerais, o cenário apresentado, no mínimo ilustra a desigualdade social que, como não poderia ser diferente, também se manifesta na universidade pública. Além disso, alinha-se à dimensão do emprego / ocupação, uma vez que os percentuais de discentes empregados (em trabalho remoto ou presencial) correspondem sensivelmente aos índices de alunos que vivem com mais de 1 salário. A nosso ver, estamos diante de um tradicional paradoxo institucional - com interfaces junto ao mercado de trabalho – pois a garantia de uma vida digna num contexto de produção excessiva, condiciona-se pela segurança financeira de acesso aos bens e serviços produzidos socialmente. Todavia, o alcance desse patamar requer, em grande medida, lançar-se à qualificação profissional que, nos moldes atuais, demanda significativa parcela do tempo diário e, muitas vezes, limita ou impede o desenvolvimento de trabalho produtivo.

Tabela 7: Renda individual dos alunos mensal

Qual é sua renda individual mensal atualmente?	Nº	%
De 6 a 10 salários mínimos	2	0,21
De 3 a 6 salários mínimos (R\$ 3.135,00 até R\$ 6.270,00)	34	3,63
Menos de ½ salário mínimo	132	14,10
Nenhuma renda	231	24,68
Menos de 1 salário mínimo (R\$ 1.044,00)	266	28,42
De 1 a 3 salário mínimos (R\$ 1.044,00 até R\$ 3.135,00)	271	28,95
Total Geral	936	100

Fonte: Dados coletados por questionário eletrônico auto aplicado

Defendemos que o entrave materializado pelo condicionamento mútuo em questão, demonstra novamente a urgência sobre a atuação do Estado, com vistas ao arrefecimento dos impactos sociais, psicológicos e até mesmo físicos engatilhados pelas desigualdades de distribuição de renda estruturadas no Brasil. Afinal, é imperativo garantir, de fato, as condições elementares ao desenvolvimento de percursos formativos que promovam melhores perspectivas de trabalho às pessoas. Trazendo a reflexão para o campo do lazer, como é possível considerar a existência de autonomia estudantil, numa conjuntura dissolutiva do estado de bem-estar social? Concordando com Silvestre; Amaral (2019) quando sugerem que as discussões sobre o lazer devem ir além de sua gênese específica, ou seja, devem considerar a leitura do atual estágio de desmonte dos direitos sociais no país. Sob esse prisma, é necessário inseri-lo na defesa por um conjunto de direitos fundamentais à vida humana (ALVES, 2017).

Na mesma direção, a análise da renda familiar dos discentes da unidade deixa claro que não apenas a renda dos estudantes é muito baixa, mas também a renda de suas famílias. De acordo com a tabela 8, a grande maioria dos alunos tem renda familiar de no máximo três salários mínimos, correspondendo a 72,9% dos respondentes (Tabela 8). Além disso, como se pode observar pela Tabela 9, a renda proveniente de atividade de trabalho está a cargo, para a maioria dos alunos (67,48%), de no máximo dois membros da família maiores de 18 anos.

Tabela 8: Renda Familiar dos alunos.

Renda familiar mensal	Nº	%
De 1 a 3 salários mínimos (R\$ 1.044,00 até R\$ 3.135,00)	540	58,50
De 3 a 6 salários mínimos (R\$ 3.135,00 até R\$ 6.270,00)	200	21,67
De 6 a 10 salários mínimos	50	5,42
Menos de ½ salário mínimo	22	2,38
Menos de 1 salário mínimo (R\$ 1.044,00)	95	10,29
Nenhuma renda	16	1,73
Total Geral	923	100

Fonte: Dados coletados por questionário eletrônico auto aplicado

Tabela 9: Nº de pessoas que possuem renda de trabalho.

Quantas pessoas da sua família (maiores de 18 anos) possuem renda de trabalho (formal ou informal)?	Nº	%
1	358	22,96
2	694	44,52
3	339	21,74
4	140	8,98
5	15	0,96
6	6	0,38
7	7	0,45
Total Geral	1559	100

Fonte: Dados coletados por questionário eletrônico auto aplicado

Correlacionando dados anteriores, especificamente os que se referem à raça, percebe-se que 67,41% dos discentes se autodeclararam pretos ou pardos. O Brasil, segundo dados do IBGE (2018), tem hoje a maioria da população (55,8%) composta por pretos e pardos, número próximo dos dados coletados na pesquisa. Ao analisarmos a renda individual dos discentes, em sua maioria negros e pardos, verificamos outra relação similar ao contexto brasileiro. Quase a totalidade dos respondentes, 95%, recebem menos de três salários mínimos, número bem próximo da média salarial da população negra e parda do Brasil de R\$ 1.608,00. Para além de uma renda mensal baixa, este número revela igualmente uma diferença brutal quando analisamos o salário mensal médio da população branca de R\$ 2.796,00 (MENDONÇA, 2019). Em termos percentuais, a população branca do Brasil recebe 73,9% a mais do que a população negra e parda. No que tange ao acesso ao lazer, em um país onde os equipamentos públicos de lazer são ínfimos e situados

predominantemente nas regiões centrais (ou regiões com PIB's maiores), percebemos como o fator racial possui um papel preponderante neste aspecto, dilatando ainda mais a fossa social já existente (FROIS, 2013).

Guardando relações diretas com a reflexão anterior, julgamos pertinente abordar questões ligadas ao desemprego, por entendermos que sua ocorrência promove mudanças potentes no que tange à dinâmica das famílias acometidas. Quando questionados sobre os efeitos no curto prazo da pandemia sobre a taxa de desemprego, verificou-se que 41,88% dos estudantes perdeu parte ou a totalidade da renda como efeito direto da Covid-19 e/ou o distanciamento social (Tabela 10). Além da perda individual de renda, questionamos se membros da família perderam renda devido à pandemia. A Tabela 11 mostra que 56,20% das famílias dos estudantes tiveram perda parcial ou total de renda:

Tabela 10: Perda de renda devido à pandemia.

Você perdeu renda devido à pandemia do Covid-19?	Nº	%
Não estava trabalhando	187	19,98
Não perdi nada	357	38,14
Sim, continuo trabalhando, mas sem nenhum tipo de remuneração	18	1,92
Sim, perdi o emprego formal (carteira assinada)	16	1,71
Sim, perdi o emprego informal (sem carteira assinada)	138	14,74
Sim, perdi renda do meu trabalho como autônomo	99	10,58
Sim, tive o salário reduzido	121	12,93
Total Geral	1559	100

Fonte: Dados coletados por questionário eletrônico auto aplicado

Tabela 11: Perda de renda familiar devido à pandemia.

Alguém da sua família perdeu renda devido à pandemia do Covid-19?	Nº	%
Não havia ninguém trabalhando.	54	5,77
Não, ninguém perdeu renda	356	38,03
Sim, continua trabalhando, mas sem nenhum tipo de remuneração	13	1,39
Sim, perdeu o emprego formal (carteira assinada)	44	4,70
Sim, perdeu o emprego informal (sem carteira assinada)	87	9,29
Sim, perdeu renda do trabalho como autônomo	188	20,09
Sim, teve o salário reduzido	194	20,73
Total Geral	936	100,00

Fonte: Dados coletados por questionário eletrônico auto aplicado

Os dados sobre perda de renda decorrente da pandemia do COVID-19, demonstram que quase 60% das famílias se encontram nesta situação. Este fato torna-se especialmente preocupante diante do contexto da Unidade Ibitaré, considerando-se a realidade enfrentada por seus alunos, oriundos em sua maioria de famílias de baixa renda, como comprovado pelos dados até aqui apresentados. No entanto, a pandemia parece ter lançado luz à emergência de se garantir uma renda mínima às famílias brasileiras, nos moldes do que já se preconizava alcançar pelo Programa Bolsa Família – ainda em vigor. É exatamente esse parâmetro que estimulou a busca por informações pertinentes às dificuldades enfrentadas pelos discentes e suas famílias, a respeito da apreensão de itens básicos relacionados à alimentação e higiene.

Cento e vinte e cinco respondentes apontaram a necessidade de algum auxílio específico, sendo alimentação o mais requisitado (Tabela 12). Além de alimentação, estão sendo demandados produtos de higiene, medicamentos, produtos para cuidado com bebês (fraldas, lenços umedecidos), materiais de limpeza e auxílio financeiro (especialmente para o pagamento de transporte). Outro dado que salta aos olhos é o fato de que 34% dos respondentes (318 pessoas) gostariam de receber atendimento psicológico neste momento de distanciamento social, o que se estende para outros membros da família.

Tabela 12: Itens solicitados pelos alunos que apontam necessidade de algum auxílio específico.

Item	Demanda (Número de Alunos)
Alimentação	83
Produtos de Higiene	31
Auxílio Financeiro	20
Medicamentos	16
Materiais de Proteção	7
Produtos para Bebê	4
Materiais de Limpeza	3

Fonte: Dados coletados por questionário eletrônico auto aplicado

A queda abrupta nos rendimentos familiares, conduzida pela crise econômica alavancada pela pandemia, praticamente impôs ao governo a distribuição direta de

moeda, viabilizada pela criação do Auxílio Emergencial do Governo Federal. Sobre essa política de distribuição de renda, percebemos que quase 65% das famílias dos discentes pesquisados possui ao menos uma pessoa inscrita neste programa (Tabela 13). Estes dados vão ao encontro dos achados anteriores, uma vez que pelo perfil analisado das famílias (renda baixa, perda de empregos, trabalhadores informais e autônomos), a maior parte se enquadra no perfil delimitado pelo Programa.

Tabela 13: Cadastro para Auxílio Emergencial devido ao Covid-19.

Alguém da sua família ou você fez o cadastro para Auxílio Emergencial do governo federal devido ao COVID-19?	N	%
Não	331	35.36
Sim	605	64.64
Total Geral	936	100.00

Fonte: Dados coletados por questionário eletrônico auto aplicado

Retomando os dados de renda per capita já compartilhados, existe a possibilidade de que o auxílio emergencial tenha elevado momentaneamente o potencial de compra das famílias, o que se apresenta como uma questão complexa para nossa análise. Isso porque, a renda individual informada por 38% dos discentes era inferior ao valor do benefício, estipulado em R\$600,00 nos dois primeiros meses da pandemia. Somado a isso, 20% dos estudantes não estavam trabalhando e, por possuírem direito ao auxílio, puderam contribuir no aporte monetário familiar. Em casos cujos proventos eram oriundos de trabalho autônomo ou informal, parece-nos concebível considerar melhorias na condição financeira, na hipótese de manutenção do labor. Por outro lado, a redução do poder de compra também se mostra possível, haja vista que mais de 50% dos estudantes relataram perda de renda familiar.

Nas duas hipóteses percebemos interfaces com as vivências de lazer, sobretudo pela reconhecida existência de uma indústria cultural¹⁰ que o alça à esfera de mercadoria

¹⁰ O termo Indústria Cultural, cunhado pela Escola de Frankfurt, tem como pedra fundamental a premissa de que o mercado se apropria dos bens culturais socialmente produzidos, aferindo-lhes valor de venda e,

(MARCELLINO, 1996; MASCARENHAS, 2005). Numa sociedade capitalista como a que estamos inseridos, o “cardápio” das práticas de lazer, seja qual for o interesse cultural do indivíduo, condiciona-se pelo tempo disponível e pela capacidade de pagar por ingressos, viagens, hospedagens, equipamentos, vestuários e outros elementos tidos como produtos do lazer. Logo, os impactos financeiros da pandemia certamente se fazem presentes no volume e na forma com que os estudantes e suas famílias se valem do tempo livre, como podemos observar na seção a seguir.

Saúde e Bem-Estar em Tempos de Pandemia

Nesta seção, refletimos sobre as principais demandas relacionadas à saúde e bem-estar do corpo discente da UEMG, Unidade Ibirité. A nova conjuntura imposta pelo distanciamento social interfere sobremaneira no cotidiano dos indivíduos, modificando o dia-a-dia das pessoas, seus afazeres, suas rotinas de trabalho e, conseqüentemente, suas relações com o tempo livre e práticas de lazer. Ou seja, repentinamente, hábitos e práticas foram alterados de maneira compelida, exigindo adaptações que perpassam os usos dos espaços físicos disponíveis e as próprias atividades de lazer outrora vivenciadas. Outrossim, a convivência com outros membros da família que englobam o grupo de risco exige e exigiu cuidados especiais. Neste quesito, os estudantes foram questionados quanto ao convívio diário com indivíduos apresentando comorbidades no contexto do Covid-19 (Tabela 14). De acordo com os preceitos da Organização Mundial de Saúde (OMS), pessoas idosas, imunossuprimidas, diabéticas, gestantes, puérperas, obesas e com doenças cardiovasculares ou pulmonares são consideradas do grupo de risco. Duzentos e vinte e oito alunos afirmaram ter pelo menos uma dessas comorbidades (24%). Além disso,

conseqüentemente, estimulando seu consumo. Nessa abordagem, a volúpia mercantilista esvazia o sentido conferido pelo consumidor em relação aos produtos e serviços a seu dispor. Prevalence, portanto, o produto desejado de forma alienante e passiva.

verifica-se que 63% dos estudantes (591) afirmam haver pelo menos uma pessoa do grupo de risco na família.

Tabela 14: Respondentes com pessoas da família no grupo de risco do COVID-19 (idosos, imunodeprimidos, diabéticos, doenças pulmonares, doenças cardiovasculares, gestantes, puérperas e obesos).

Número de pessoas do grupo de risco na família	N	%
0	345	36,86
1	277	29,59
2	201	21,47
3	77	8,23
4	26	2,78
5	5	0,53
6	4	0,43
9	1	0,11
Total	936	100,00

Fonte: Dados coletados por questionário eletrônico auto aplicado

Uma outra consequência direta do recolhimento social diz respeito à gestão do tempo. Repentinamente, os afazeres domésticos e o trabalho formal – para aqueles que continuaram trabalhando de maneira remota – se fundiram gerando uma sobrecarga substancial. Além disso, podemos citar igualmente o cuidado com os familiares mais idosos, bem como a incumbência extra relativa às crianças (e bebês) que tiveram, tal qual todos os cidadãos, suas rotinas alteradas. Dados do estudo evidenciam que uma parcela significativa, 30,2% dos respondentes, considera que esteja com sobrecarga de atividades domésticas e cuidados com crianças devido ao distanciamento social provocado pela pandemia. Incorporando os dados às discussões sobre o lazer, notamos que a falta de tempo, permanentemente indicada como barreira para as vivências em lazer no Brasil (STOPPA; ISAYAMA, 2017), acentua-se sobremaneira no contexto pandêmico – principalmente quando associada aos impactos psicológicos e financeiros.

Todavia, isso não significa que as pessoas marginalizem o lazer em suas vidas, afinal, existe a possibilidade de reordenamento dos hábitos cotidianos e a disposição para novas oportunidades de fruição. Neste período, em que o distanciamento social se mostra essencial para a preservação da saúde dos alunos e seus familiares, parece indiscutível que a internet e os aparatos digitais assumiram o protagonismo na viabilização do acesso

aos interesses culturais próprios de cada indivíduo. Para se ter uma ideia, a plataforma *Akamai*, responsável pelo armazenamento de dados referente a 30% do tráfego *online* mundial, detectou um aumento entre 112 e 115% no uso de rede pelo território nacional.

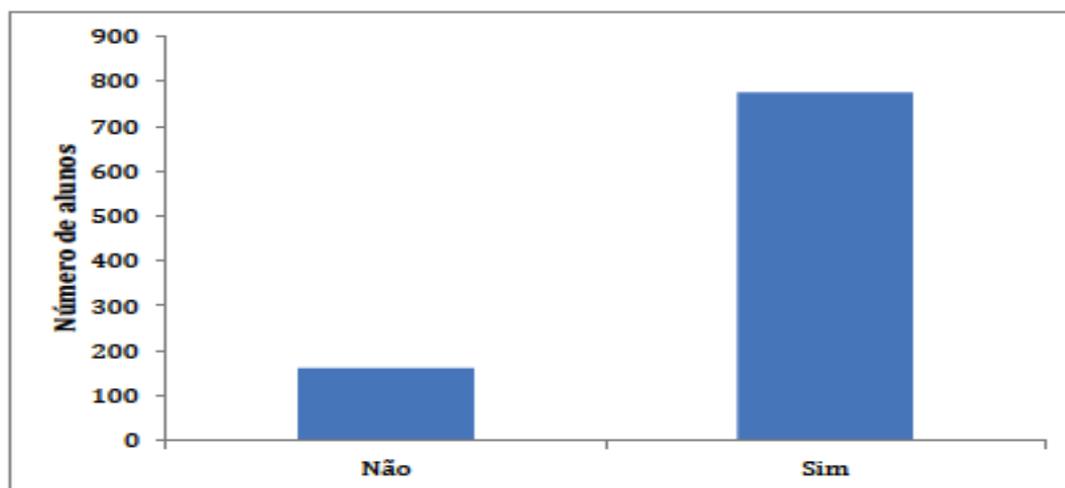
Certamente, não se pode atribuir o significativo aumento no consumo de internet somente às vivências de lazer, pois além dos aspectos ligados à diversão, também se ampliaram os usos direcionados ao trabalho, ao estudo e às compras *online*. Sobre isso, vale destacar o exercício de pressões externas e internas aos ambientes corporativos e universitários, para que haja continuidade do trabalho e das aulas por ferramentas remotas e de ensino à distância. Diante disso, analisamos as condições de acesso à internet e à computadores dos estudantes. Pouco mais de 10% dos alunos afirmam não ter acesso suficiente à internet, conforme Tabela 15. Quanto ao acesso a computadores 161 alunos (17,20%) afirmam não possuir, conforme o Gráfico 2.

Tabela 15: Acesso suficiente à internet

Você possui acesso à internet de forma suficiente?	N	%
Não	98	10.47
Sim	838	89.53
Total Geral	936	100.00

Fonte: Dados coletados por questionário eletrônico auto aplicado

Gráfico 2: Acesso a computador para trabalho, estudo ou lazer.



Fonte: Dados coletados por questionário eletrônico auto aplicado

Este dado ainda demonstra que uma parcela significativa dos alunos, aproximadamente 20%, teriam dificuldades de acesso a aulas remotas defendidas por alguns setores da sociedade, que acabam por desconsiderar a realidade social de parte importante da população brasileira. Compreendemos que tal constatação endossa a premissa de que a imersão na cultura digital, capilarizada e determinante da modernidade líquida (BAUMAN, 2001), condiciona o exercício da cidadania sob diferentes perspectivas. Reconhecendo que a sociedade se contorna pelas relações estabelecidas entre sujeitos historicamente constituídos, há que se considerar diferentes níveis de compreensão, acesso, manipulação e até mesmo de desejo no que tange às tecnologias de informação e comunicação ancoradas nas mídias digitais, sobretudo ao entrelaçarmos fases da vida, condições socioeconômicas, infraestrutura disponível, projeto de vida e demais componentes estruturantes da identidade.

Na conjuntura apresentada, vislumbramos relações entre a era digital e a reflexão que Elias; Scotson (2000) desenvolvem sobre a existência de duas condições na teia social, quais sejam: os estabelecidos e os *outsiders*. Nesse caso, estabelecem-se os indivíduos que se inclinam ao letramento digital¹¹ e apresentam as condições socioeconômicas mínimas para a manutenção de uma infraestrutura que lhe propicie acesso ininterrupto. Por outro lado, ficam à margem da sociedade as pessoas que não se encaixam no perfil anterior, o que na grande maioria dos casos não ocorre como opção. Por isso, defendemos que a garantia de direitos sociais, como o lazer, passa pela supressão de desigualdades provenientes da conexão à internet e aos equipamentos que a viabilizam, por intermédio de políticas públicas orientadas pela justiça social.

Legitimando esta abordagem, os achados da pesquisa demonstram que na dimensão do lazer, o direcionamento de suas vivências em tempos de recolhimento social

¹¹ Valemo-nos de Silveira; Fortes (2019) para compreendermos o letramento digital como formação para apropriação e experimentação da cultura digital.

dialoga de forma predominante com as mídias digitais e à internet. Logo, a disponibilização de infraestrutura basilar se mostra imprescindível para a ampliação das possibilidades de experimentação cultural na modernidade, o que deve ser garantido pela ação do Estado sob status de política pública para itens de primeira necessidade. Em relação aos tipos de atividades de lazer ou bem-estar que estão sendo feitas durante o período de distanciamento social, as respostas foram bastante diversificadas, predominando interesses pareados à visualização de filmes e séries, navegação em redes sociais e interesses intelectuais com leituras, jogos e palestras (Tabela 16).

Tabela 16: Atividades desenvolvidas pelos estudantes durante o período de distanciamento social.

Atividade	Nº
Interesses artísticos: assistir filmes e séries	750
Interesses virtuais: navegar em redes sociais	693
Interesses intelectuais (leituras; jogos de cartas; jogos de tabuleiro; ouvir palestras etc.)	624
Encontro com pessoas da família na mesma casa, ou virtualmente via rede sociais	463
Práticas religiosas/espirituais	407
Atividades físicas em casa (danças, ginásticas, localizadas, exercícios de meditação etc.)	379
Interesses virtuais: jogos virtuais	308
Interesses manuais (pinturas, jardinagem, culinária, tricô etc.)	289

Fonte: Dados coletados por questionário eletrônico auto aplicado

Como se pode observar, as 4 primeiras atividades mais citadas como interesse dos discentes pesquisados se vinculam, de algum modo, às mídias digitais e à rede mundial de computadores. A imersão nesse tipo de ambiente deve ser problematizada, especialmente quando aludida à juventude, haja vista que, muitas vezes, esse grupo se lança aos smartphones, tablets e notebooks guiados pelo desejo de sociabilidade. Sob esse prisma, o foco da ação social não reside diretamente no uso / consumo de um jogo ou de uma rede social especificamente, mas na capacidade que esses elementos possuem de garantir a sensação de pertencimento a um determinado grupo colegas ou amigos (SILVEIRA; FORTES, 2019). Por esse motivo, os autores referenciados advogam por uma formação para o uso das mídias digitais, que perpassa a ludicidade (prazer,

sociabilidade, sensibilidade e imersão), a funcionalidade (operação de *hardwares* e *softwares*), a criticidade (avaliação dos produtos disponíveis, análise do contexto social, político e econômico) e a criatividade (produção cultural com as mídias).

Ao considerarmos o perfil de nossa amostra, percebemos dados que fidelizam a queda de mitos relacionados aos jogos eletrônicos, como destacado por Cruz Junior; Cruz (2016). Mesmo coadjuvante, sendo apontado por aproximadamente um terço dos respondentes, o interesse por jogos virtuais se faz presente e evidencia que adultos e mulheres se dedicam a esse tipo de vivência de lazer. Supera-se, em alguma medida, a noção de que as práticas em tela são próprias de pessoas tidas como *nerds* e *geeks*, crianças ou homens, demonstrando sua imersão no cotidiano de diferentes grupos e / ou estratos sociais. Em soma, entendemos que os jogos eletrônicos podem, inclusive, serem mobilizados para o atendimento de demandas relacionadas à prática de atividades físicas – mencionadas em escalas modestas no presente estudo.

É interessante trazer à baila as percepções de Rocha (2013) que, sete anos antes da pandemia do novo Coronavírus, enfatizava a inatividade física como uma ocorrência de caráter pandêmico na modernidade. Para o autor, mesmo tendo reconhecidos seus benefícios sobre a saúde, a atividade física permanece subestimada no quadro da saúde pública, sendo urgente qualificar a intervenção pelas vias das políticas públicas, em especial pela colaboração intersetorial. Se num quadro de “normalidade” (ou não pandêmico) a realidade se apresenta dessa maneira, é possível inferir que o distanciamento social em vigor tenha promovido o agravamento da situação, demandando ainda mais atenção das autoridades responsáveis pelo trato da saúde de brasileiras e brasileiros.

À Guise de Conclusão

Essa pesquisa mostra que os decretos estaduais e municipais, publicados no dia 15 de março de 2020, reconfiguraram o cotidiano dos estudantes na moradia, trabalho e bem-estar. O entendimento de moradia muda, a casa representava um local particular, no entanto, na maioria dos casos, como um local de passagem e de repouso. O espaço externo, por outro lado, estava relacionado ao divertimento, ao público, ao trabalho e ao encontro. Em contextos de pandemia a moradia se transformou em local de confinamento, fusionando o espaço particular com o espaço público, local de repouso com local de divertimento, tempo de trabalho com o tempo de lazer. Tudo isso, junto aos outros membros da família que, em muitas situações, dividem espaços exíguos e desestruturados. Uma nova lógica se estabeleceu, uma nova forma de se habitar e de se interagir. Para os estudantes pesquisados não há alterações significativas de localidade de moradia, contudo, as interações com os outros membros da família mudam. 236 estudantes possuem a presença de indivíduos idosos que representam um grupo de risco concernindo à infecção da Covid-19. Neste contexto, as medidas sanitárias tornam-se cruciais, limitando ainda mais os deslocamentos exteriores e o convívio com outras pessoas.

No contexto de trabalho e renda os discentes indicam que a maioria dos estudantes teve seu trabalho interrompido devido à pandemia. Somando-se a estes os alunos que já não estavam trabalhando, quase 70% dos estudantes não estavam trabalhando quando o estudo foi conduzido. Apenas uma pequena parcela manteve os empregos no regime de trabalho a domicílio, um percentual abaixo de 13%. No contexto de saúde e bem-estar percebe-se que o acesso a esses direitos se consolida via internet e ferramentas tecnológicas. Pouco mais de 10% dos alunos afirmam não ter acesso suficiente à internet. Quanto ao acesso a computadores 161 alunos (17,20%) afirmam não possuir. Quanto ao

tempo livre e às práticas de lazer as transformações se referem a ampliação dos usos de mídias digitais e a rede mundial de computadores.

Em um contexto socialmente desigual, percebemos que o acesso a equipamentos tecnológicos e dados de internet são artefatos de privilégio dos estudantes. 161 estudantes respondentes indicam que não possuem condições de acesso tecnológico, aqui ainda temos 45% dos estudantes que não responderam os questionários, por diferentes razões, mas que uma averiguação diferente poderia mostrar uma realidade de acesso à bens tecnológicos ampliados, visto que todo processo de pesquisa só pode ser acessado via internet. Cabe, a partir dos dados e análises apresentados, aos poderes públicos (municipal, estadual e federal) uma ação conjunta de modo que os efeitos deletérios, sobretudo relacionados ao aumento abrupto da desigualdade social no país (já avassaladora), sejam minimizados.

É nesse ínterim que se fazem presentes as políticas públicas, lançando luz à promoção de justiça social como requisito fundante da cidadania. No cenário em tela, são inúmeras as possibilidades de intervenção do Estado, mas ao focalizar o objeto de análise deste artigo, saltam aos olhos elementos como a garantia de renda mínima para viver com dignidade, de simetria nas relações trabalhistas, de acesso a softwares e hardwares, bem como à internet de banda larga. O momento presente requer novos olhares, novas sensibilidades, para que o cidadão ordinário possa usufruir dos direitos presentes na carta magna da constituição de 1998.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEM, G. **Estado de Exceção**: Homo Sacer, II, I. 2. ed, São Paulo: Boitempo, 2004.
- ALVES, C. O Lazer no Programa Escola da Família: Análise do Currículo e da Ação dos Educadores Universitários. **Licere**. 20(2), 484-485, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/1661>.

BAHIA, M. C.; BRITO, R. de. O lazer do brasileiro: como é vivenciado o tempo. *In*: E. A. STOPPA e ISAYAMA, H. F. (org.) **Lazer no Brasil: representações e concretizações das vivências cotidianas** (p. 95-110). Campinas: Autores Associados, 2017.

BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Zahar: Rio de Janeiro. Ed. 1, 2001.

_____. **Vida para o Consumo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BIZZIO, M. R. A emergência dos condomínios residenciais fechados, globalização econômica e as transformações do espaço urbano. **Geografia Opportuno Tempore**, 30-42, 2019.

BOURDIEU, P. **A Distinção: crítica social do julgamento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Zouk, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

CAMILLO, F. C. **Ações afirmativas para negros: o ciclo de construção das cotas raciais**. Monografia de conclusão de curso de especialização em Gestão Pública (Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS). Porto Alegre, 61 p. 2019.

COULANGES, F. D. **A Cidade Antiga**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

CRUZ JUNIOR, Gilson; CRUZ, Dulce. Quando a brincadeira vira coisa séria: dos mitos e (in) verdades sobre as relações entre jogos digitais, cultura e consume. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte: Versão Digital**. v. 38, n. 2, p. 179 – 185, 2016.

DALTRO, M.; SEGUNDO, J. d. A pandemia que nos mostra quem somos? **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, 5-8, 2020.

ELIAS, N. SCOTSON, J. **Os estabelecidos e os outsiders**. Zahar: Rio de Janeiro, 2000.

FIOCRUZ. **Desigualdade bate recorde no Brasil, mostra estudo da FGV**. 2019. Disponível em: Fiocruz: <http://cee.fiocruz.br/?q=Desigualdade-bate-recorde-no-Brasil>. Acesso em: 12 jun. de 2020.

FROIS, R. **Fala Juventude: a relação dos jovens de bairros populares com os eventos e equipamentos de esporte, lazer e cultura no espaço urbano da cidade de Belo Horizonte**. Dissertação de Mestrado PPGIEL (UFMG), 2013.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). (15 de Maio de 2020). **Monitor do PIB**. Disponível em: <http://portalibre.fgv.br/estudos-e-pesquisas/indices-de-precos/monitor-do-pib>. Acesso em: 10 jun. de 2020.

GAZETA DO POVO. **Os super-ricos do Brasil ficaram R\$ 177 bilhões mais ricos na pandemia**, 2020. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/economia/breves/super-ricos-brasil-mais-ricos-pandemia/>. Acesso em: 29 de jul. 2020.

GOMES, C. Lazer: necessidade humana e dimensão da cultura. **Revista Brasileira de Estudos do lazer: Belo Horizonte**. v. 1, n. 1, p. 3 – 20, jan. / abr. 2014.

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. (15 de Março de 2020). **Decreto N° 47886 DE 15/03/2020**. Disponível em: Legisweb: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=391035>. Acesso em: 10 jun. de 2020,

HAN, B. C. **Sociedade do Cansaço**. Petrópolis: Vozes, 2018.

HARVEY, D. **Brève histoire du néo-libéralisme**. Paris: Les Prairies Ordinaires, 2014.

HOWLETT, M. RAMESH, M. **Studying public policy: policy cycles and policy subsystems**. Oxford University Press: Toronto. 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2010**. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em: 17 ago. 2020.

ISAYAMA, H. F.; STOPPA, E. **Lazer no Brasil: representações e concretizações das vivências cotidianas**. Autores Associados: Campinas, 2017.

_____. SILVA, M. de S. O Grupo de Pesquisa Oricolé e os estudos sobre formação e atuação profissional em Lazer. *In: UVINHA, R. R. Lazer no Brasil: grupos de pesquisa e associações temáticas*. São Paulo: Edições SESC, 2018.

JESUS, R. E. Autodeclaração e heteroidentificação racial no contexto das políticas de cotas: quem quer (pode) ser negro no Brasil? p. 125 – 142, 2018. *In: SANTOS, J.; COLEN, N.; JESUS, R. Duas décadas de políticas afirmativas na UFMG: debates, implementação e acompanhamento*. LPP / UERJ: Rio de Janeiro, 2018.

JOHNSTON, R. **O que é, afinal, Estudos Culturais?** 5. ed. Autêntica Editora: Belo Horizonte. 2014.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Belo Horizonte: UFMG: Artmed, 1999.

MARCELLINO, N. **Estudos do lazer: uma introdução**. Autores Associados: Campinas, 1996.

MASCARENHAS, F. **Entre o ócio e o negócio: teses acerca da anatomia do lazer**. Tese de doutorado em Educação Física. Universidade de Campinas: Campinas, 2005.

MAY, T. **Pesquisa Social: questões, métodos e processos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

_____; WILLIAMS, M. Surveys sociais: do desenho à análise. *In: MAY, T. Pesquisa Social: questões, métodos e processos*. Porto Alegre: Artmed, 2004. p. 109 – 143.

MENDONÇA, H. **Abismo social separa negros e brancos no Brasil desde o parto**. 2019. Disponível em: El País: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/19/politica/1574195977_206027.html. Acesso em: 08 jun. de 2020.

PEDRÃO, C. C.; UVINHA, R. R. O lazer do brasileiro: discussão dos dados coletados em escolaridade, renda, classes sociais e cor/raça. *In: ISAYAMA, H. F.; STOPPA, E. Lazer no Brasil: representações e concretizações das vivências cotidianas*. Autores Associados: Campinas, 2017.

ROCHA, P. A pandemia da inatividade física: recomendações de ação para a saúde pública. **Revista Factores de Risco: Versão Digital**. n. 29, p. 30 – 36, 2013.

SILVEIRA, G.; FORTES, R. Letramento Digital: entre a apropriação e a proibição das práticas digitais de lazer na formação de adolescents. *In*: GOMES, C.; DEBORTOLI, J. A.; SILVA, L. **Lazer, Práticas Sociais e Mediação Cultural**. Autores Associados: Campinas, p. 55 – 73, 2019.

SILVESTRE, B.; AMARAL, S. As emendas constitucionais e o (não) lugar do direito ao lazer. *IN*: ISAYAMA, H.; SILVA, L. **A Constituição Brasileira de 1988 e as políticas públicas de esporte e lazer**: produções de Programas de Pós-Graduação. Autores Associados: Campinas, 2019. p. 31–50.

STOPPA, E. A.; ISAYAMA, H. F. **Lazer no Brasil**: representações e concretizações das vivências cotidianas. Campinas: Autores Associados, 2017.

WHO. **Coronavirus disease (COVID-19) pandemic**. 2020. Disponível em: World Health Organization: https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus2019?gclid=Cj0KCQjww_f2BRC.ARIAP3zarGKVOyMSa1jr_wx9f18EdZINFKYFASOALKUX0WFXVZqBqaD3nWFwFwaAhtdEALw_wcB. Acesso em: 07 jun. de 2020.

Endereço dos Autores:

César Teixeira Castilho
Alameda Ezequiel Dias, 275
Belo Horizonte – MG – 30.310-110
Endereço Eletrônico: cesar.castilho@cienciasmedicasmg.edu.br

Sheylazarth Presciliana Ribeiro
Avenida São Paulo, nº 3.996, Vila Rosário
Ibirité – MG – 32.400-00.
Endereço Eletrônico: sheylazarth.ribeiro@uemg.br

Bruno Ocelli Ungheri
Alameda do Ouvidor, 351, Condomínio Paragem do Tripuí,
Ouro Preto – MG – 35.412-000.
Endereço Eletrônico: bruno.ungheri@ufop.edu.br